

A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA COMO POSSIBILIDADE DE POLÍTICA PÚBLICA CAPAZ DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.

José Raimundo Oliveira Lima
UEFS / UNEB – PPGEduc
joseraimundouefs@hotmail.com

Resumo–Esse estudo discute a economia popular e solidária como uma possibilidade de política pública para o desenvolvimento local sustentável. É importante ressaltar que a sustentabilidade aqui defendida parte da compreensão de que “ninguém sustenta ninguém”, os sujeitos de forma politizada, articulada em uma consciência coletiva se autossustentam, adotando certas posturas no presente para garantir um futuro sem grandes traumas sociais, embora tenha no Estado um suporte essencial. A economia popular e solidária nesse trabalho é compreendida como um movimento de reprodução da vida em que os sujeitos buscam satisfazer suas necessidades, sem, no entanto, imprimir a racionalidade indiscriminada na alocação ótima de recursos própria da economia tradicional, especialmente, apregoada na teoria econômica neoclássica. O processo de organização deste estudo tem como sustentação teórica a discussão de conceitos nos projetos de extensão e pesquisas universitárias de mesmo nome “Implantação de Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares Solidários” em curso na Universidade Estadual de Feira de Santana-BA. Como resultados alcançados já se tem a produção teórica do processo de implantação e a própria incubadora como elo orgânico entre a universidade (extensão e pesquisa) e a comunidade nos últimos dois anos (2008/2010).

PALAVRAS – CHAVE: Economia popular e solidária – Desenvolvimento local sustentável – Educação popular – Política pública.

1.CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esse estudo discute a economia popular e solidária, articulada a educação popular, como uma possibilidade de desenvolvimento local sustentável. Esta articulação se dar, de maneira geral, compondo a ideia de desenvolvimento na perspectiva de “substituir” a concepção de renda per capita¹ por resultados da economia popular e educação bancária² por educação popular. Tomando estes dois conceitos como ponto de partida para o desenvolvimento numa concepção mais ampla, espera-se obter o compromisso político, principalmente, daqueles que não participam de forma igual das riquezas amplamente produzidas: os trabalhadores, os que militam pelo respeito ao meio ambiente como espaços de vida, os espaços de saúde preventiva, os desempregados, os que vivem na periferia dos

¹ Segundo Sandroni(1994) é um indicador utilizado para medir o grau de desenvolvimento de um país, obtido a partir da divisão da renda total pela população total.

² Conceito definido por Freire (1987) como um processo de depósito de informações/conhecimento do professor para, passivamente, ser creditado ao aluno, sem troca de saberes e sem levar em consideração a concepção de mundo dos sujeitos envolvidos na relação do processo de produção do conhecimento.

grandes centros industriais e comerciais. É importante ressaltar também que a concepção de sustentabilidade aqui defendida parte da compreensão de que “ninguém sustenta ninguém”; os sujeitos de forma politizada articulada em uma consciência coletiva, movida pelo trabalho e pela educação, se autossustentam, adotando certas posturas no presente para garantir um futuro sem grandes traumas sociais.

Os diversos conceitos de desenvolvimento sustentável mesmo que diferenciados tem como eixo fundamental produzir com liberdade, respeitando o meio ambiente, para não prejudicar as gerações futuras, conforme afirma Veiga (2008), entretanto, a produção no modelo capitalista, pressupõe uma destruição criadora, segundo Schumpeter(1998).

É notória, no contexto atual em que se vive, a necessidade de políticas públicas que garantam o provimento da sociedade em alternativas que não comprometam os recursos naturais e que garantam a harmonia da vida na terra, além das intervenções sociais já conhecidas nas áreas de educação, saúde, moradia que devem ser avaliadas e melhoradas em busca de outro modelo de desenvolvimento.

Por muitos anos, sobre a influência do liberalismo econômico se viveu concepções de desenvolvimento como sinônimo do crescimento econômico: aumento quantitativo das riquezas produzidas com a finalidade de uma distribuição no futuro. Nessa esteira quase todas as concepções de sustentabilidade imaginam garantia de fomento a certo grau de consumo material que não cause necessidades a quem vive uma relativa tranquilidade quanto a sua satisfação. Imagina-se que o estado possa ser esta “superestrutura” de fomento, entretanto, não se leva em conta de que o Estado capitalista não garante a todos de forma satisfatória o fomento a uma vida material, tendo em vista a disputa política em seu entorno. É preciso, portanto, uma convergência equânime na defesa de uma sustentabilidade em que todos tenham de abrir mão de algo em benefício de todos e, isso quer dizer uma sociedade de relações solidárias, ainda não apreciada em torno do modo de produção capitalista.

Com efeito, a economia popular e solidaria nesse estudo é compreendida como um movimento de reprodução da vida em que as pessoas buscam satisfazer suas necessidades, sem, no entanto, imprimir a racionalidade indiscriminada na alocação ótima de recursos própria da economia tradicional, especialmente, apregoada na teoria econômica neoclássica. Além disso, é capaz de abrigar-se em movimento dinâmico como economia política daqueles alijado do processo produtivo capitalista moderno³, ou seja, em condição de desigualdade.

³ O conceito de modernidade aqui está relacionado ao processo de formação econômica do Brasil que tem por base a substituição de importação, a partir do advento do processo industrial que procura promover a

Assim, a economia popular e solidária, torna-se uma dimensão indispensável à politização, ao empoderamento, ao desfazimento das relações impostas pelo contrato social moderno e, em especial, da conscientização sobre a importância do trabalho como elemento central e político para um processo histórico, dialético, articulado à educação popular a partir da condição orgânica dos movimentos populares com base em alguns princípios necessários para viabilizar a sustentabilidade das comunidades numa possibilidade de políticas públicas.

Essa economia, segundo levantamento da SENAES (Secretaria Nacional de Economia Solidária), através do SIES (Sistema de Informações sobre Economia Solidária) compreende em sua estrutura, especialmente, cooperativas, associações, bem como grupos solidários populares, além de outras tipologias. Foram identificados 14.954 Empreendimentos Econômicos Solidários em 2.274 municípios tendo por base o ano de 2005, esses números tendem a aumentar, considerando que 41% dos municípios brasileiros já praticam de alguma forma a economia popular solidária sem se dar conta. A região Nordeste segue liderando no que diz respeito à prática solidária nos negócios com 44% dos empreendimentos solidários em seguida tem-se a região Sul com 17%, região Sudeste com 14%, região Norte com 13% e região Centro-Oeste com 12%. São números que mostram que esse movimento não é algo desprezível economicamente, tão pouco é um movimento criado pelo próprio modo de produção capitalista, como já assinalam alguns estudiosos da macroeconomia tradicional.

A cooperativa autogestionária, em decorrência de já dispor de uma forma jurídica própria e de ação econômica, caracteriza-se como possível alternativa de organização social, predominante quanto à forma mais dinâmica de funcionamento para o desenvolver de uma economia dessa natureza, abrigando princípios basilares para um processo educativo e de formação política, do excluído, como Cooperação, Autogestão, Dimensão Econômica e Solidariedade.

Nesse contexto, para se fomentar um processo de sustentabilidade, faz-se necessária a articulação dialética com a educação popular nesses princípios, bases para políticas públicas da SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária), conforme descritos a seguir:

a. Cooperação: existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; redes de

produção, comercialização e consumo; grupos “informais” produtivos de segmentos específicos (mulheres, jovens etc.); clubes de trocas etc. Na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais¹ e familiares.

b. Autogestão: os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses, além das relações desinteressadas. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e assessoria, não devem substituir nem impedir o protagonismo político dos sujeitos da ação ou coletividade.

c. Dimensão Econômica: é uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais; uma espécie de ponto de partida das relações sociais e produtivas, sem a racionalidade econômica tradicional, neoclássica, como princípio.

d. Solidariedade: O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; no compromisso com um meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e; no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras; no predomínio da teoria do valor-trabalho sobre a teoria do valor-utilidade, diferenciando-se, assim, da simples economia popular ou informal².

Com efeito, quando se trata de desenvolvimento no sentido qualitativo, pois o desenvolvimento no Brasil por muitos anos foi sinônimo de crescimento, manifestado apenas na apreciação do PIB, a educação, torna-se essencial, tanto na condução do processo solidário de desenvolvimento, pois este é concebido como eminentemente educacional quanto na qualificação do trabalho necessário ao processo produtivo, seja qual for o nível de

¹ As atividades individuais aqui consideradas levam em conta a representação de um sujeito articulado que, de maneira geral, reposta o trabalho de um grupo, não fomentando os princípios da competitividade e individualidade defendidos pela economia neoclássica.

² A economia informal, cuja definição, assume, certo caráter popular está mais relacionada à questão da legalidade, especialmente, fiscal; a popular pura e simples, apesar de nem sempre está imbuída da racionalidade neoclássica abarca uma grande motivação para o trabalho individualizado; em grande medida, informal.

escolaridade da pessoa envolvida. Neste sentido, tanto a pesquisa quanto a extensão Universitária, através do diálogo protagonizado pelos movimentos sociais, faz-se elemento fundamental neste processo de construção de políticas para o desenvolvimento sustentável.

O Debate sobre economia solidária tem aparecido com uma relevância cada vez maior, quando se observa os resultados do grande número de falências de empresas e de pessoas desempregadas que conseguiram melhorar suas rendas e suas vidas a partir dessa alternativa socioeconômica, além do que é mais importante: a possibilidade de construção de outra relação social.

Desta forma, deve-se ter em consideração que os caminhos que levam ao processo econômico solidário vão de encontro à lógica capitalista, entretanto, existem resultados consideráveis, sem que tenha ocorrido o choque esperado por muitos, entre modelos produtivos na perspectiva de outro sistema socioeconômico. Não obstante, pode-se deixar de levar em consideração a sua historicidade que passa a idéia, defendida por alguns autores, que se verificará na discussão teórica conceitual deste trabalho, de que a economia solidária seria uma resposta ao capitalismo, ou uma alternativa ao modo de produção capitalista. Não se pode, categoricamente, afirmar isso, nem prever em quanto tempo, uma transformação dessa natureza possa ocorrer, entretanto, trata-se, a pesar de raízes histórias nas primeiras atividades produtivas do homem, especialmente, de um fenômeno de contornos organizativos emergentes na contemporaneidade³, cuja orientação, mediada por um processo educacional popular, de uma forma contrária ao modelo de educação tradicional, bancária, pode, certamente causar impactos de economia política.

Diante do exposto, faz-se a seguinte indagação: a economia popular solidária entrelaçada à educação popular, presente nas tipologias existentes, bem como em outras que possam surgir dos movimentos populares, pode torna-se uma possibilidade de política pública que viabilize o desenvolvimento sustentável?

Estas e outras questões são elementos de reflexão neste texto, o qual tem como objetivo principal discutir a forma pela qual economia popular solidária pode se tornar uma política pública que possibilite o desenvolvimento sustentável.

O processo de organização deste trabalho tem como pano de fundo a discussão de conceitos para dar fundamentação teórica à pesquisa de doutoramento no Programa de Pós-graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade Estadual da Bahia; um projeto de extensão universitária em curso na Universidade Estadual de Feira de Santana,

³ A contemporaneidade aqui é considerada como um processo histórico da evolução humana, contínuo e que não cessa de si inscrever e tem como marco institucional e temporal, relativamente, o estado burguês.

financiado pela FAPESB (Fundação de Apoio a Pesquisa no Estado da Bahia), o qual tem produzido inspirações para pensar questões desta natureza, bem como estudos do Centro de Tecnologia e de Gestão ao Desenvolvimento Regional – CETEG/UEFS/Departamento de Ciências Sociais e Aplicadas, através do projeto formação de formadores de empreendedores rurais financiado pelo CNPq desenvolvido em escolas rurais do distrito de Maria Quitéria em Feira de Santana. Entretanto, apesar da inspiração nas experiências acima, o objeto de estudo economia popular solidaria como política pública, ainda está sendo tratado, metodologicamente, de forma descritiva (Gil, 1995) e, certamente apresentará algumas deficiências quanto ao fechamento das ideias, pois ainda estão em processo de maturação.

Com efeito, este trabalho conterà além das considerações iniciais, as fundamentações teóricas conceituais que possibilitará uma reflexão sobre pontos que permitem acreditar no alcance do objetivo proposto, bem como as considerações finais que buscará fazer algumas inferências decorrentes das questões aqui levantadas.

2.FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA CONCEITUAL

Esta cessão servirá de base para a discussão de conceitos essenciais para compreender de que forma a economia popular e solidaria poderá torna-se uma possibilidade de política pública para o desenvolvimento local sustentável. Desta maneira se perseguirá a seguinte compreensão: a) de um breve relato sobre a economia política com base na história do pensamento econômico; b) uma discussão sobre economia popular solidária como possibilidade de economia política dos “setores populares”, dialeticamente articuladas à educação popular e ao trabalho como princípio político e educativo com vista ao desenvolvimento sustentável e; c) uma rápida análise sobre a economia solidária enquanto política pública.

2.1 UM BREVE RELATO SOBRE A ECONOMIA POLÍTICA E A POSSIBILIDADE DE NOVA CONFIGURAÇÃO SOCIAL

A Economia política consiste num ramo da ciência econômica que se diferencia em muito da economia que o sistema capitalista tem se utilizado modernamente como técnica quantitativa de forte apelo matemático, estatístico e econometrico que atribui às decisões de gastos/investimentos uma racionalidade sistêmica, voltada apenas para o crescimento econômico, como se não houvesse outros elementos de ordem qualitativa que fossem capazes

de alterar a ordem dos rumos econômicos, como o protagonismo político de seguimentos organizados das diversas áreas sociais, além de outras formas de escolhas de investimentos alternativos que não primam pelo simples desejo consumista.

Negando parcialmente esta perspectiva quantitativista a economia política debruça-se sobre uma análise indutiva dos comportamentos dos grupos ou indivíduos a cerca de temas centrais no processo produtivo, iniciando-se sua historicização por volta do ano de 1500, a partir dos comportamentos produtivos, caracterizados pelos seguintes correntes teóricas da história do pensamento econômico: mercantilismo, fisiocracia, clássicos, marxistas, neoclássicos, keinesianos e o pensamento neoliberal que não chega a ser efetivamente uma teoria, mas uma corrente ideológica importante sobre o pensamento econômico.

Com efeito, essas correntes de pensamento econômico, colocam temas centrais em foco nas discussões políticas que claramente remetem a um posicionamento político das classes sociais, segundo Gastaldi(2005), da seguinte maneira:

- a. Mercantilistas - as discussões se davam em torno do comércio entre as nações com desdobramentos nas políticas e comportamento das economias frente as relações comerciais como exportar ao máximo e importar o mínimo para formar saldo de balança comercial, porque esse comportamento determinava o poder e a riqueza de uma determinada economia.
- b. Fisiocratas – esta corrente tinha como tema central a agricultura. Para os fisiocratas a terra estava para a economia assim como o sangue está para o ser humano, era o centro da formação de riqueza, o principal fator de produção. Só a terra era capaz de produzir excedente produtivo; acumulação de riquezas.
- c. Clássicos – os clássicos apresentam em suas ideias um corpo doutrinário sistematizado e articulado, caracterizado como uma teoria econômica, também esboça um momento, caracterizado pelo considerado principal precursor, Adam Smith, referencial das ideias segundo suas classes: proprietários de terras, capitalistas e operários (ARAÚJO 2005). O eixo central das discussões era a composição do valor das mercadorias que para eles, a pesar de outras divergências, se dava em torno de trabalho. Neste momento histórico, do ponto de vista teórico, já se reconhece a composição das classes sociais ligadas diretamente a cada fator na organização da produção.
- d. Teoria marxista – Marx considera Smith um dos maiores teórico da economia política clássica, pois coloca como ponto de partida para análise do processo produtivo, o trabalho, categoria sobre a qual, segundo ele, a classe detentora dos meios de produção

(burguesia) produz a mais valia, elemento fundamental para acumulação de capital e submissão dos proletários (detentores da força de trabalho) às relações desiguais.

- e. Escola neoclássica – os neoclássicos modificam o rumo da análise, saindo do foco de classe sociais e passando a tratar as relações econômicas, com ênfase nos elementos quantitativos e sobre o comportamento das unidades de produção e consumo, colocando tanto consumidor como produtor em igualdade de condições sobre a égide do mercado que atribui ao equilíbrio entre as leis de oferta e demanda a eficiência alocativa dos recursos escassos. Neste sentido, reforça o individualismo e a competitividade e atribuem os bons resultados aos que agem racionalmente na direção do lucro; e o insucesso como incompetência daquele indivíduo (unidade produtiva ou de consumo) que não tomou a melhor decisão alternativa. (ARAÚJO, 2005).
- f. Teoria keynesiana – a teoria keynesiana surge num momento de crise, pós-segunda guerra mundial em que as leis de mercado (oferta e demanda) não foram capazes de responder no longo prazo ao completo bem-estar social, deixando parcelas de indivíduos fora do processo produtivo e, especialmente, sem empregos. Keynes retoma o Estado como dimensão central capaz de controlar a distribuição de riquezas e produzir o equilíbrio, gerando o pleno emprego e, conseqüentemente a realização da produção. Este Estado (burguês) seria uma espécie de elemento agregador (empreendedor) das forças produtivas em torno do bem-estar social, o tema central seria o pleno emprego.
- g. Pensamento neoliberal – esta corrente de pensamento, não chega a constituir-se numa teoria, mas, busca de forma “grosseira” aproxima-se do pensamento liberal, através da ênfase na competitividade como elemento principal da qualidade dos produtos e serviços; competência empresarial; competência gerencial no caso das agências reguladoras e parte do aparelho do estado. Propõe a redução do Estado através da privatização, flexibilização dos direitos trabalhistas aprofundando ainda mais a contradição entre patrão e empregado e deixando a sociedade a mercê das agências reguladoras que administram a competência empresarial em detrimento dos trabalhadores (tratado apenas como consumidores de bens e serviços; cujos serviços, em sua grande parte, recentemente, eram direitos) sem emprego, sem referência nos direitos, antes garantidos diretamente pelo estado. É importantíssimo ressaltar que é neste momento que surgem mais enfaticamente as políticas públicas materializadas em programas e projetos sendo executadas por qualquer agente apto institucionalmente a gerir recursos públicos enquanto sociedade civil.

Tangenciando toda esta construção histórica do pensar “de economia política”, aqueles trabalhadores que em nenhum momento adquiriram consciência de classe, pois durante todo

tempo não se sentiram pertencente a qualquer identificação política contratual, entre outras dificuldades de caráter ideológico, religioso, etc.; bem como outros que sempre estiveram fora da contratualização, pois nunca tiveram emprego fixo; outros ainda tiveram empregos, mas ficaram desempregados; além dos demais excluídos do processo socioprodutivos, como os negros, as mulheres, jovens, idosos, homossexuais, portadores de necessidades especiais, entre outros. Este legue “periférico” de pessoas não consegue articula-se, enquanto classe trabalhadora, em num seguimento de economia política como, por exemplo, a economia popular, embora, de alguma forma, produzam e vivam exclusivamente do seu trabalho.

Com efeito, existe, conforme mencionado, um agregado produtivo que ao longo da história tangencia a economia política reconhecida, criando uma forma de produzir sem remuneração direta nos moldes tradicionais, com maior desvalorização do trabalho, em busca da reprodução da vida e satisfação das suas necessidades, sem relação direta com a racionalidade conceitual da economia tradicional que é a economia popular e solidária (economia política não reconhecida).

Teoricamente, este debate, deve se dar em torno do trabalho, portanto, numa perspectiva política, mas não necessariamente a partir de uma iniciativa sindical, se o sindicato for tomado como forma de organização da classe trabalhadora, apenas empregada. Mas, como se organizar em torno de algo de conteúdo que se move na contramão do processo industrial (eixo condutor da economia política tradicional)? Como o trabalhador artesanal ou trabalhador por conta própria, aquele que tem a possibilidade de não se envolver mais diretamente com a divisão do trabalho da fábrica, pode tomar o sindicato como sua legítima forma de organização?

Esta discussão gira em torno de um grande contingente de populares que formam em torno de si um conhecimento; uma educação popular, para atividade específica, depois da idade “normal” de estudo, fora dos espaços formais de educação. Também organizam formas de produzir, comprar e vender de uma outra maneira que não aquelas baseadas na competitividade, no segredo industrial, na gestão autoritária verticalizada, no individualismo.

Este seguimento, então, constitui-se numa economia popular e solidária, mas também política, pois além da ação econômica, da defesa do meio ambiente, das questões culturais, fortalece-se nas relações coletivas solidárias de trabalho, única maneira de unir forças para um desenvolvimento diferenciado.

Com efeito, estamos diante de um embrião de economia política que guarda dificuldades específicas de se reconhecer enquanto tal, pois as tipologias jurídicas existentes/acessíveis/possíveis, muitas vezes denotam alto grau de desempenho capitalista

tradicional (Cooperativas que competem entre si ou fora de suas localidades, ou seja, não são cooperados pelo princípio do trabalho coletivo, por iniciativas próprias, são “Coopergato⁴”); sindicatos de resultados, entre outras organizações coletivas, que não gozam da permissão jurídica para comercializar e organiza-se politicamente ao mesmo tempo.

Tem-se aí um grande problema organizativo. Admitindo-se que se tem um processo produtivo popular e que este sempre existiu em quanto dimensão econômica, sem a racionalidade da alocação ótima de recursos, como pensar a economia popular e solidária em quanto economia política dos seguimentos populares? Como fazer deste seguimento o ambiente capaz de organizar-se politicamente no intuito de dar prosseguimento num outro processo produtivo para outra forma de desenvolvimento? De que maneira a política pública que atua em quase todos os seguimentos sociais, inclusive com incentivos fiscais para organizações empresarias, pode atuar neste seguimento de maneira orgânica e protagonizada pela classe trabalhadora como um todo? Estas e outras questões nunca foram e nem serão respondidas a contento neste trabalho, embora, nesse estudo sejam fornecidos elementos importantes para uma constante reflexão em torno delas.

2.2 A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA ENTRELAÇADA PELA EDUCAÇÃO POPULAR

O século XX apresentou o fracasso de muitos modelos desenvolvimentistas e o mundo parecia não ter outra saída a não serem as constantes crises, entretanto em meio ao aparente caos surgem movimentos populares e intelectuais com uma proposta alternativa de desenvolvimento, baseada no esforço da sociedade, representada através de diversos movimentos que como trabalhadores isolados e competitivos, sentiam-se desiludidos e impotentes.

Santos (2002) argumenta que a atividade cooperativista vigente, ainda é muito antiga, surgindo em 1826 na Inglaterra. O cooperativismo e as ideias de solidariedade e de autogestão têm suas origens nos movimentos sociais e se desenvolve através dos pensadores que vivenciaram o surgimento da sociedade industrial nascente no século XIX, propondo formas de organização sociais mais justas que as do capitalismo. Ainda, segundo o mesmo autor em pronunciamento no Fórum Social Mundial em janeiro de 2009, seria preciso, em países como

⁴ Denominação popular atribuída a grupos de profissionais que se constitui juridicamente como cooperativa apenas para driblar os encargos sociais inerentes às empresas, muito comum na Bahia na área de saúde.

a China três ou quatro globos terrestres em quantidade de pessoas para garantir a realização da produção econômica, em nível de consumo no patamar dos americanos no mesmo ano.

Desta forma, questiona-se, quem iria sustentar (importar) a produção capitalista, competitiva, Chinesa? Como esse modelo produtivo iria compatibilizar o trabalhador nessa lógica produtiva? Certamente, esse processo “moderno” também iria produzir excluído. Sendo assim a lógica da alocação ótima de recursos, originária do liberalismo, preconizado por Adam Smith, coloca-se necessariamente em contraposição aos princípios da economia popular e solidária. Para compreender e interceder nessa contradição, não há como dispensar a educação popular como protagonista política da economia popular e solidária em direção ao desenvolvimento local sustentável, conforme afirma Sanches (2004).

Na cooperação tem-se a existência de interesses e objetivos comuns à união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária sobre os possíveis ônus. Envolve diversos tipos de organização coletiva: empresas autogestionárias ou recuperadas (assumida por trabalhadores); associações comunitárias de produção; rede de produção, comercialização e consumo; grupos “informais” produtivos de seguimentos específicos (mulheres, jovens e etc.); clubes de trocas e etc., na maioria dos casos, essas organizações coletivas agregam um conjunto grande de atividades individuais e familiares e com isso também alavanca o processo educacional em suas diversas dimensões, por que dele necessita cada vez mais.

Na autogestão os participantes das organizações exercitam as práticas participativas de gestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. Os apoios externos, de assistência técnica e gerencial, de capacitação e acessória, entretanto, a pesar da notória carga educacional para qualificação e formação de tecnologia, não devem substituir nem impedir o protagonismo dos sujeitos da ação em construção de uma possibilidade de desenvolvimento local sustentável, em concepções de educação popular e em respeito à cultura popular.

Com efeito, é importante observar que mesmo em conceitos diferenciados sobre esta economia não há divergência quanto à compreensão sobre forma de relação neste processo sócio produtivo o qual aponta para uma lógica diferenciada de desenvolvimento que contempla educação popular e rendimento da força de trabalho em economia popular.

Na concepção de Razeto(1997) a “economia da solidariedade” deve ser compreendida, além de tudo como um projeto civilizatório de um povo. Esta economia

mesmo não vislumbrando imediatamente um modelo de desenvolvimento sustentável, protagoniza-se em processo constante de fazer e refazer a suas existências.

Para Coraggio(1997) é possível se trilhar um caminho da economia popular à economia do trabalho como alternativas de desenvolvimento sócio-econômico. Na dimensão econômica, formam-se bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo.

Segundo Kraychete(2007), a economia dos setores populares envolve um conjunto de elementos de viabilidade econômica permeados por critérios de eficácia e efetividade que vem sempre acompanhado por aspectos culturais, ambientais e sociais.

Na perspectiva de Singer (2002) a economia solidária consiste em um novo modo de produção. No que diz respeito à solidariedade, entende-se que o mesmo empreendimento é compreendido em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas oportunidades que levam ao desenvolvimento de capacidades e da melhoria das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem com o meio ambiente, expressando o compromisso com o meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local; na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial, regional e nacional.

Para Freire (1987) as relações solidárias produz a consciência política do ser oprimido, liberta o homem de uma forma geral, até mesmo os opressores, nas relações com os outros movimentos sociais e populares de caráter emancipatório, na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores e, no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

Observa-se neste sentido que o componente educacional é emancipatório e inerentes a todos esses elementos e com eles deve ter uma identificação orgânica com base no entrelaçamento do desenvolvimento com a aprendizagem (VIGOSTSKI, 2007).

Quanto à importância de todos que trabalham se considerarem dono dos meios de produção reporta-se, não apenas ao valor material dos bens, mas sim a ideia de preservação do bem que pertence a todos e neste processo se respeita melhor o meio ambiente e, a própria autogestão passa a ter um sentido mais coletivo. Este processo permite o empoderamento da comunidade que passa também a praticar uma educação dialógica que consiste no respeito aos saberes e competências existentes na comunidade, segundo Freire (1987).

Com efeito, numa perspectiva política da temática não se pode abrir mão do método dialético, a fim de se construir o esclarecimento necessário entre a aparência e a essência do

fenômeno pesquisado (ADORNO, 1985). Constitui-se em base dialética fundamental a discussão da relação orgânica entre economia popular e a educação popular (FREIRE, 2005); no sentido de que não haverá desenvolvimento fora da relação histórica que compreenda estas duas dimensões.

Finalmente na concepção de desenvolvimento econômico de Furtado (1961), ainda que a ideia de solidariedade produtiva não se apresente de forma politizada, percebe-se que desenvolvimento e subdesenvolvimento não são fases evolutivas sobre as quais as economias terão que transitar; é possível se considerar o protagonismo do estado ao lado e em defesa da população. Além disso, é preciso pensar no ambiente sobre o qual vive o homem de forma ampla, pois este é esgotável e seus recursos são limitados, por isso a questão da sustentabilidade deve ser uma preocupação presente em que produtores, de qualquer ordem econômica devem respeitar e com ela educar-se.

2.3 A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA ENQUANTO POLÍTICA PÚBLICA CAPAZ DE CONTRIBUIR PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL SUSTENTÁVEL.

Historicamente, a política pública tem sido tratada como a “intervenção” do estado na sociedade em favor do cidadão, mediada por qualquer intermediário (de maneira geral terceiro setor) apto a lidar com recursos públicos de forma a reduzir custos das ações/projetos e que possa atuar mais diretamente junto às pessoas reduzido a burocracia do aparelho estatal, sem perder de vista, de certa forma, uma racionalidade própria da economia de mercado na medida em que dinamiza as compras públicas e favorece a realização da produção.

Para Boneti(2006) a questão da política pública guiadas pelos recursos públicos tem sido discutidas, especialmente na academia, mais numa perspectiva jurídica. Neste sentido, a política pública tem recebido uma abordagem de dever legal do estado perante o cidadão; também numa outra perspectiva a de eficiência alocativa dos investimentos aplicados.

Neste sentido os movimentos populares, os sociais organizados, as ONGs, entre outras iniciativas tem ampliado o debate para uma perspectiva de sociedade civil como ampliação do poder de atuação do estado (BOBIO, 1982). Neste contexto, inserem-se os movimentos políticos populares de consciência de classe como a educação popular e a economia popular solidária reivindicando do estado muito mais do que simples políticas publicas; mas, uma presença constante em defesa dos populares, historicamente oprimidos por instrumentos de intervenção burguesa, tanto na educação quanto na economia.

Nesta perspectiva, nos anos de 1990, experimentam-se nova ênfase nas propostas de planejamento social participativas, especialmente encampadas através de algumas entidades estatais, não apenas para legitimar-se junto ao povo, mas certamente no intuito de contemplar as necessidades manifestas da sociedade organizada, a exemplo dos OP (orçamentos participativos), PPAs (Planos Plurianuais de Aplicação), Editais para estudos e pesquisas, entre outras ferramentas, para implementação e avaliação de políticas públicas (BELLONI, 2007).

Com efeito, esta situação tem sido observada no Brasil, à medida que se verifica iniciativas de economia popular e solidária sendo impulsionadas a partir de organizações da sociedade civil (ONGs, movimentos sociais, igrejas, incubadoras universitárias, populares, etc.), que apoiam a constituição e articulação de cooperativas populares, das redes de produção comercialização, das feiras de cooperativismo e economia solidária, entre outras ações. Ao longo do tempo essas entidades passaram a articular fóruns estaduais e regionais de economia popular e solidária e tem conseguido garanti algum compromisso do Governo Federal, manifestado no primeiro Seminário Nacional do PRONINC (Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares) em 2008, na intenção de encapar políticas publicas para garantir a sustentabilidade desse processo socioeconômico.

A economia popular solidária mostra de conformidade com experiências de sucesso como o Banco dos Pobres em Bangladesh e em diversos estados do Brasil como em Fortaleza o Banco Palma; na Bahia a APAEB. A “Cantina Solidária: juntos pela agricultura familiar”, e a “cooperativa mão solidárias”, experiência vivenciadas por projetos de extensão e pesquisa da Universidade Estadual de Feira de Santana responsável por este estudo, entre outras, a pesar das dificuldades de condução (incubação) e de gestão, que é possível transformar pessoas sem nenhuma consciência de grupo, empresarial, ou do seu trabalho, em “empreendedores” dentro do processo econômico solidário, entretanto, isso só é possível, mediante consciência do seu lugar enquanto sujeito e da importância do seu trabalho por mais simples que seja, perseverança e protagonismo político, com base em um processo educacional popular norteado pelos princípios anteriormente descritos.

A economia popular e solidária pode aparecer em diferentes formas de organização, como já foi mencionado, em que as pessoas se responsabilizam por criar sua própria fonte de existência com base no trabalho, seja para ter acesso a bens e serviços de qualidade com o menor custo, numa perspectiva solidária e de reciprocidade que prefere os interesses de grupo em detrimento aos individuais, seja por uma relação produtiva mais saudável ambientalmente e sustentável economicamente.

Este processo mostra que a economia popular e solidária tem sido um importante amparo aos trabalhadores das comunidades pobres, bem como outros excluídos, em relação às flexibilizações neoliberais ocorridas no mundo contemporâneo. São milhares de organizações coletivas organizadas sobre formas de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, créditos e finanças solidárias, trocas, comércio e consumo solidário.

Com efeito, justifica-se estudar a economia popular solidária como possibilidade de política pública para o desenvolvimento local sustentável, ainda que não se tenha nela uma alternativa ao modo de produção capitalista, mas, especialmente como resposta a solicitação dos movimentos populares e sociais (Gohn, 2005).

Deve-se refletir, portanto, sobre os ganhos de consciência no processo educacional proporcionados pelo empoderamento das comunidades locais que tem proporcionado o desfazimento da estrutura contratual moderna o que faz das possíveis políticas públicas algo mais consistente, politizado e, não meras ajudas ou doações, calcadas no assistencialismo político ou na boa vontade da consciência burguesa. Este contexto, aprofunda os interesses pela democracia e imprime perspectivas de liberdade, elemento fundamental para o desenvolvimento humano (SEN, 2000)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observou-se que em momentos como as crises capitalistas de 1929, 1970 e 2008, tiveram-se ressurgimentos do pensamento solidário, mas quando se recorre ao arcabouço histórico, tem-se sustentação teórica em concepções que denotam historicamente o mesmo período da economia competitiva dos neoclássicos, ou até anteriores como os socialistas utópicos, que permite desconsiderar a idéia de que a economia solidária é um termo novo, mesmo quando se atribui denominações diferentes em relação ao termo, recentemente em debate.

Mais recentemente, na história da economia política, encontra-se economistas como Walras e Marchall, embora sejam pensadores considerados neoclássicos, não aderentes ao movimento, conseguem enxergar no cooperativismo ideias e preocupações sociais; considerando algo extremamente diferenciado daquilo que se vêem nos padrões econômicos vigentes: competitividade, individualismo, produção em escala e consumo de massas.

Ainda quanto à forma de organização do processo econômico popular e solidário em cooperativas, deve ser entendido como um formato jurídico que se utiliza para organizar um grupo produtivo de autogestão. É de extrema importância lembrar que a autogestão pode ser constituída a partir de empresas LTDA, S/A, ou até mesmo em associações de trabalhadores, não se aceitando, por um lado, a ideia do “simples cooperativismo” como representação do modelo solidário, não obstante, por outro lado, se tenha que observar os princípios que norteiam a produção coletiva, cujas empresas tradicionais (LTDA, S/A, etc.), ao longo dos anos têm apresentado uma prática contrária que consiste na reprodução do individualismo e da competitividade como princípios fundamentais.

No que se refere às dificuldades da autogestão começa se delineando os meios em que a economia solidária se processa, os instrumentos disponíveis para fomentá-la, também se leva em consideração as dificuldades encontradas para atuar conjuntamente com sistema capitalista e não ser simplesmente um estímulo a sua ampliação, especialmente, pela falta de formação adequada, instrução e aperfeiçoamento do trabalho em outra concepção educacional: a popular.

O fato de o cidadão está envolvido no processo de relação solidária, começa-se um despertar da consciência política, sobre o trabalho como um dos elementos mais importante da produção, sobre a democracia, seja em cooperativa, seja em outras tipologias, como associações, grupos solidários, movimentos sociais e, posteriormente na sociedade por inteiro. Leva-se a apreender a importância no que diz respeito ao desenvolvimento de uma consciência democrática do processo de produção e consumo. De uma forma de vida socioeconomicamente diferente do que se tem no contrato social moderno, não se submetendo a políticas públicas paliativas geridas por qualquer interesse.

Com efeito, infere-se também neste estudo que a economia popular e solidária pode se apresentar como uma política pública capaz de possibilitar o desenvolvimento local sustentável, em especial porque este deve acontecer sobre a égide de um processo dialético entre economia popular solidária e a educação popular, diferenciado, tendo em vista a necessidade de educação em dose e níveis adequados a cada passo do processo, através das premissas anteriormente descritas como cooperação, autogestão, dimensão econômica e solidariedade e, o mais importante é que estas iniciativas partam dos movimentos populares e levem em consideração o desenvolvimento e a aprendizagem humana, articulados a produção e o consumo deste agregado enquanto classe politicamente organizada.

A economia popular e solidária, na atualidade, compõe-se também de organizações que se utilizam dos princípios do cooperativismo, mas, empregam assalariados (trabalhos

precarizados), esta é uma observação que tem de ser feita, além disso dinamiza-se sobre consultorias de entidades que não politiza nem eleva a consciência de classe e sobre trabalho e processo educativo do sujeito. Nesta esteira a organização solidária deve negar a separação entre trabalho e posse dos meios de produção. A propriedade da organização deve ser dividida por igual entre todos os trabalhadores.

Este tema, a pesar da grande repercussão que tem tomado nos últimos 20 anos, ainda não detém demarcações fronteiriças conceituais bem definidas, a ponto de torna-se uma categoria científica, entretanto, este estudo discute as iniciativas chamadas de economia popular e solidária, como possíveis formas alternativas de organização social diante dos efeitos destrutivos e de exclusão do capitalismo e, em especial do contrato social posto pela modernidade.

Com efeito, é importante ressaltar que as reflexões constantes deste trabalho são resultantes do processo de incubação de empreendimentos populares solidários, portanto, um grande avanço para a extensão universitária como trabalho de relação e diálogo com a comunidade local, embora este e outros estudos elaborados não deem conta da perspectiva aqui apresentada a contento, mesmo que não se tenha a pretensão de dar conta da dimensão dos conhecimentos entorno desse fenômeno, este trabalho continua aberto às contribuições, mas reafirma a hipótese da possibilidade de existência de um desenvolvimento a partir da economia popular solidária impulsionada por política pública.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar: 1985.
- ARAUJO, Carlos Roberto Vieira. **História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 2005.
- ARROYO, João Cláudio Tupinambá. **Economia popular e solidária: a alavanca para um Desenvolvimento sustentável e solidário**. 1ª ed. - São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- ARRUDA, Marcos. **Socioeconomia solidária: desenvolvimento de baixo para cima**. Rio de Janeiro: Ed. PACS, 1998.
- BELLONI, Isaura. **Metodologia de avaliação em políticas públicas: uma experiência em educação profissional**. 4 ed. – São Paulo, Cortez, 2007.
- BOBBIO, Norberto. **O Conceito de Sociedade Civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

- BONETI, L. W. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí: Editora da UNIJUI, 2006.
- CORAGGIO, José (1997). **Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado**. In: Proposta: revista trimestral de debates, Ano 26, nº 72. São Paulo: FASE.
- FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: cultura, 1961.
- FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Nacional, 1977.
- GIL, Antonio Carlos. **Técnicas de Pesquisa em Economia**. 2 Ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- GOHN, M. G. Movimentos sociais e educação. 7 ed. – São Paulo: Cortez, 2009.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de Economia Política**. 19 ed. – São Paulo: Saraiva, 2005.
- KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos setores populares: sustentabilidade e estratégias de formação**. São Leopoldo: Oikos, 2007.
- RAZETO, Luis (1997). Los Caminos de la economia de solidariedad. Buenos Aires: Lumen-Hymanitas.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Garamond, 2002.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Incluyente, Sustentável**. São Paulo: Garamond, 2004.
- SANDRONI, Paulo. Novo dicionário de economia. São Paulo: Best Seller, 1994.
- SANTOS, Boaventura S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. 1 ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- www.mte.gov.br/tca_contas_anuais/2006/senaes.asp> acesso SIES 03/03/2010.
- YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2008.